

AINDA INVISÍVEIS?

**NARRADORAS E MARGENS
NA LITERATURA GALEGA CONTEMPORÂNEA**

LORENA LÓPEZ LÓPEZ

ATRÁS
editora



AINDA INVISÍVEIS?

Narradoras e margens na literatura galega contemporânea

1ª edição, maio 2022

© Lorena López López

© 2022 AGAL

Santiago de Compostela (Galiza)

atraves@a.gal

www.atraves-editora.com

ISBN: 978-84-16545-71-1

DL: C 873-2022

Adaptação linguística: Jesus Alpiste

Correção linguística: Joana Palha

Coordenação editorial: Daniel Amarelo

Diagramação e capa: Miguel Durão

Imprime: Sacauntos Cooperativa Gráfica, Santiago de Compostela

Tanto o livro quanto o prólogo foram escritos segundo a norma ILG-RAG e adaptados para este volume. Nas citações em línguas românicas, o texto original foi respeitado e as citações em inglês foram traduzidas pela autora do livro e adaptadas.

ÍNDICE

Agradecimentos	9
A ficção rabuda de quatro feministas <i>killjoy</i>	11
Por Helena González Fernández	
Introdução: do que não se vê	15
1.1. Mapear o terreno: campo literário e nação no contexto galego	19
1.2. As narradoras na encruzilhada identitária: género e nação	25
O preço da normalidade	31
2.1. A vanguarda revolucionária de Margarita Ledo Andión face ao discurso da <i>normalización</i>	34
2.2. Desconstruir a masculinidade nacional	42
2.3. A escrita ex-cêntrica contra os moldes da “literatura feminina”	64
Contar as margens do conflito nacional	79
3.1. Os limites do consenso: <i>A perspectiva desde a porta</i> de Patricia A. Janeiro	83
3.2. O rasto do conflito armado na literatura	90
3.3. A tripla encruzilhada: feminismo, discurso nacional e violência	97
Monstros e máquinas no assalto ao campo literário	113
4.1. “Let me in”: Cris Pavón no limiar de entrada	116
4.2. As Outras abjetas: máquinas e vampiras	125
4.3. A (auto)escrita como ferramenta de libertação	136
Contra a norma: a construção duma autoria radical	143
5.1. Do “fenómeno Moure” para a Ostrácia	146
5.2. Para uma poética das margens: norma linguística e imagem autoral	158
5.3. Um jogo de máscaras: autoria e metaficção	168
Questões abertas: desligando a invisibilidade	181
Bibliografia	189

A FICÇÃO RABUDA DE QUATRO FEMINISTAS KILLJOY

Por que um outro livro sobre margens e escritoras? Lorena López López, ciente de a consideração social das criadoras ter mudado nas últimas décadas, é que coloca a pergunta.

Mudou, é claro que sim! Da segunda onda feminista à quarta. Do ativismo emergente em defesa das mulheres ao feminismo institucional e o gênero como ODS#5, que é a sigla para o quinto objetivo de desenvolvimento sustentável estabelecido pelas Nações Unidas. Do pacto da chamada “Transición”, agora em questão, ao surgimento duma nova extrema direita. Do pós-franquismo ao feijóismo. Do anseio pela normalidade democrática à corrupção institucional normalizada. Além disso, os discursos da nação e do feminismo passam por sucessivas tensões que afetam a sua definição. A globalização, agora em colapso, mostra uma densa rede de dependências transnacionais e, juntamente com a crise dos discursos identitários, a nação perde o argumento essencialista para se abrir à ideia mais política de comunidade e sustentabilidade do território. A necessidade radical de tornar as diferenças visíveis e políticas leva à incorporação, não sem atritos, da interseccionalidade e das posições LGBTIQ+, ainda que isto atire achas para a fogueira do feminismo TERF e para a sua teimosia essencialista. Mas, sobretudo, o eixo político da esquerda parte do “viver com”.

Ao longo deste tempo, a teoria feminista continuou a oferecer ferramentas para repensar o mundo e, portanto, a produção cultural. Judith Butler defende a performatividade de gênero e transfere o debate da identidade para a percepção social do sujeito. Djamila Ribeiro foca no *lugar da fala* para reivindicar o sujeito interseccional racializado. Fina Birulés minúcia a diferença como o constituinte da comunidade política. Wangari Maathai articula o Movimento Cinturão Verde contra a desertificação e pelo desenvolvimento das mulheres em África. O pós-humanismo enxertado no piltriteiro feminista —Donna Haraway, Rosi Braidotti, Marta Segarra, Rebeca Baceiredo— não especula sobre o futuro: pensa o presente. Os feminismos tornaram-se cada vez mais diversos e nómadas, por isso ocupam um lugar que permite pensar criticamente o mundo.

Vamos com as escritoras. Por mais que possamos delimitar um repertório compartilhado em determinados contextos históricos, as autoras respondem ao princípio multiespecista: não compartilham estilo ou intenção;

nem conquistas. Isso, porém, não é obstáculo para que a categoria de “escritoras”, convenientemente adjetivada, continue a ser extremamente útil na crítica literária. Para as valorizar, para traçar o caminho que vai da criação à política, para tornar evidentes os muitos preconceitos que atravancam a sua leitura e certos condicionantes que ainda encontram na produção e no reconhecimento, na crítica feminista estudamo-las conjuntamente e continuamos a verificar que os muitos obstáculos que ainda precisam superar não vêm da prática literária, mas de preconceitos de sexo/gênero. Em tempos de emergência, a condição social da mulher atuou como primeiro critério de subestimação. Agora que a figura da escritora parece legitimada, os preconceitos são menos evidentes, mas não desapareceram. Aproveito para dizer: por favor, descartem o sintagma *mulher escritora*; embora no inglês seja habitual, não o precisam as línguas românicas: o ofício de escrever não é apenas um adjetivo.

Obstáculos também são oportunidades, é por isso que a crítica literária que trata de gênero e sexualidade pode assumir o repto duma política afirmativa para, como diz Rosi Braidotti, “criar alternativas sustentáveis que visem construir horizontes sociais de esperança sem nunca deixar de desenvolver teorias críticas e resistir ao presente” (de *Per una politica affermativa*, 2017; tradução minha). Lorena López López faz isso no exercício crítico.

A margem, esse lugar que marca o fim do terreno cultivado, teimosamente cultivado, e onde crescem as plantas espontâneas, é uma poderosa metáfora contextual. Uma metáfora em que teoria e crítica reúnem práticas e resultados culturais que saem do rego, que não atendem às expectativas, que oferecem resistência ao cultivo de fórmulas literárias regulamentadas e à domesticação. As práticas dissidentes também se colocam aí e isso leva à idealização da margem entendida como o único espaço onde a inovação formal, a liberdade ideológica e a escrita crítica são possíveis. E digo idealização porque a cultura popular contemporânea oferece muitas evidências de que é possível irromper e interromper com base em fórmulas reconhecíveis e destinadas a públicos amplos. E mesmo o cânone oferece evidências de que textos que inovam radicalmente e foram mal compreendidos no passado nem sempre carecem de reconhecimento, e reconhecimento duradouro.

A margem é uma metáfora contextual que não tem um corpus preciso ou homogêneo, mas assinala as extremas com o recurso da exceção e, como aponta Lorena López, com o recurso da invisibilização, ainda ocupando posições centrais. É possível ocupar um espaço central e marginal simultaneamente. Lorena López chama isto de *ponto cego*. Portanto, a mar-

gem passa da simplicidade espacial dicotómica para ser compreendida a partir da complexidade.

A literatura marginal, tal como concebida por Lorena López e seguindo modelos de rupturismo crítico e formas vanguardistas, opta pela celebração do dissenso. Dissidentes são esta seleção de narradoras galegas imprescindíveis e desconfortáveis que continuam a ser pouco ou mal lidas ainda no discurso feminista crítico (Margarita Ledo Andión), que optam por propostas ficcionais inusitadas no campo literário galego (Cris Pavón, Patricia Janeiro) ou que saem do rego rejeitando expressamente a contenção ideológica (Patricia Janeiro) e a canonização normalizadora (Teresa Moure). É certo. Tenham em conta que o campo cultural galego, talvez pelas suas dimensões, tende para o hibridismo estético, tem instâncias críticas reduzidas e atomizadas que tendem/tendemos ao guarda-chuva totalizador e à desmemória.

O que é que a literatura galega perdeu ao deixar para trás escritoras nas margens? Que modelos estéticos e ideológicos foram pouco explorados nas suas obras? O que é que essas margens do campo cultural oferecem para avançar numa escrita de intenção explicitamente política, formalmente arriscada e abertamente militante? Como é que se articula a crítica social a partir da ficção de horror gótica e feminista? Que figuras, espaços e histórias ficaram nas margens do discurso dominante por combinarem feminismo e conflito armado? Que práticas autorais permitem que a figura autoral seja claramente colocada no lugar da discrepância?

Lorena López, no que já foi tese e agora é livro, percorre a obra de Ledo, Janeiro, Pavón e Moure para verificar que no ponto cego há modelos ficcionais, personagens marcadas pela sexualidade e pelo género, representações da nação e conceções autorais que dialogam com as práticas de resistência cultural deste presente. Nenhuma escritora é igual à outra e, no entanto, todas compartilham um foco claro na ideologia e na forma literária.

Sara Ahmed num dos seus livros mais citados, *The Promise of Happiness* (2010), afirma que a felicidade é um dispositivo de orientação. Além de ser considerado socialmente desejável, muitas decisões são tomadas com base numa promessa de felicidade que não se consegue concretizar e reforça uma divisão social explícita em papéis de género. A crítica de Lorena López à promessa da normalização cultural na Galiza desta virada do milénio responde, talvez, a um desafio geracional, mas sobretudo crítico. Evidencia o ceticismo diante da promessa de felicidade do discurso hegemónico da normalização com o seu feminismo assimilado,

e ainda, acrescento, diluído nessa fórmula de *mulherio* onde nada resta da justa raiva-celebração do feminismo crítico. Ahmed oferece um inventário de figuras afetivas que resistem ao dispositivo da felicidade e Lorena López López oferece um catálogo de escritas que incomodam a ideia hegemônica de normalização nacional retratando masculinidades desconstruídas, sujeitos trans, ambiguidade sexual, vampiras lésbicas, violência armada e figuras autorais teimosamente dissidentes. Ahmed também cunhou uma figura apropriada: a *feminist killjoy*.

Este é um livro que convida a pensar e repensar não apenas a justa raiva-celebração das feministas *killjoy* (rabugentas, *estraga-prazeres*), com todo o seu potencial político. Oferece-nos a oportunidade de (re)ler a ficção que ficou no ponto cego e tem em comum o compromisso com a escrita rabuda.

Helena González Fernández
(ADHUC-Universidade de Barcelona)

INTRODUÇÃO: DO QUE NÃO SE VÊ



O ano 2000 aparece em todas as fontes especializadas como um ponto de viragem na atitude em relação à narrativa das autoras no campo literário galego. Face ao estado de deficiência em que se encontrava em tempos anteriores, os primeiros anos do século XXI trouxeram um aumento da presença das mulheres no âmbito da narrativa. Isto não significa que com este engrandecimento fosse alcançada a paridade no número de publicações anuais, nem que a receção das suas propostas literárias ficasse livre de vieses patriarcais. Porém, a mudança positiva foi evidente e o “boom das narradoras” materializou-se tanto em crescimento quantitativo como em maior visibilidade, o que também foi possível graças a uma abertura na atitude em relação à sua narrativa dos diferentes agentes do campo literário: editoras, crítica, prémios (Vilavedra 2007: 149). Isto foi acompanhado pola consolidação dum rótulo literário lilás rentável no mercado que também alcançou o trabalho das narradoras, apesar de o seu uso não ter sido isento de problemas (González 2003, 2005, 2006, 2013).

Chegadas aqui, a questão é: as narradoras ainda são invisíveis? É útil continuarmos a falar de invisibilidade e margens para compreender as dinâmicas que se desenvolvem em torno das escritoras, e em particular das narradoras, no campo literário galego? Nesta direção, é relevante a reflexão de Helena González baseada na teoria dos polissistemas de Itamar Even-Zohar:

O concepto de subalternidade, en combinación co de *centro/periferia*, é moito menos ríxido có tradicional concepto de marxinalidade que empregaba a crítica feminista, e axéitase mellor á evolución que o discurso poético de mulleres experimenta no ámbito literario galego no período estudado. (2005: 79, itálico no original)

Embora o conceito de margem tenha sido comumente utilizado pola crítica feminista (e pelas próprias autoras) para se referir à situação da produção das escritoras no campo literário (Blanco 1991; Noia 2000; López Silva 2018; Sanches Arins 2018), concordamos com a nuance de González. A sua abordagem sistémica, com particular enfoque na mobilidade permanente dos discursos, permite compreender melhor tanto o processo de canonização dos repertórios das poetisas dos anos noventa, quanto o

que se deu no caso do romance de tese feminista do século XXI. Destarte, um discurso subalterno como a literatura das autoras (e a feminista), inicialmente na periferia do campo literário galego e dependente do discurso nacional, ganhava paulatinamente maior visibilidade para ocupar posições centrais em alguns casos e mesmo influenciar a criação de repertórios literários de sucesso (González 2005: 75, 2013: 62–63). Portanto, falar numa narrativa de autoria feminina no contexto galego não significa necessariamente falar de literatura nas margens.

Então, por que outro livro sobre margens e escritoras? Neste trabalho não perdemos de vista a focagem certa de González, mas consideramos que o conceito de margem permanece produtivo para compreender as dinâmicas do campo literário em relação aos pontos cegos gerados no avanço da narrativa das autoras em direção a posições canonizadas. Porém, entendemos as margens como espaços invisibilizados que não aparecem apenas na periferia do campo. Ao contrário, notamos que as margens também existem como espaços pouco visíveis dentro daqueles discursos e repertórios que ocupam posições centrais, seja porque se enquadram menos nos critérios envolvidos no processo de canonização desses discursos, seja porque se opõem a eles. Esta zona de sombra é, por exemplo, aquela que ocupa a questão da luta armada no discurso nacional, a escrita experimental na narrativa histórica ou a ficção científica e o gênero gótico na literatura fantástica. Portanto, a nossa noção de margem não se refere a um espaço único ou homogêneo, mas busca construir um conceito dinâmico, constantemente tensionado. Tal concepção também não se limita à oposição centro/periferia ou hegemonia/subalternidade (mesmo no caso de conceitos fortemente vinculados a ela e com os quais interage), procurando assim dar conta da complexidade das interações nesses espaços de sombra.

Esta pesquisa concentra-se nas obras narrativas de quatro autoras que, por diversos motivos, geraram atritos no campo literário e que consideramos interessantes por serem representativas de propostas difíceis de digerir na altura: Margarita Ledo Andión, Patricia A. Janeiro, Cris Pavón e a trajetória pós-2013 de Teresa Moure na norma reintegracionista. Veremos então como essas tensões iluminam os debates críticos sobre a autoria feminina e as dinâmicas de canonização em relação a ela. Explorar as estratégias literárias utilizadas por estas quatro narradoras para dialogarem produtivamente com diferentes formas de margem permite-nos mapear algumas delas. Estas têm a ver com focagens críticas ao discurso nacional institucionalizado e projetos dissidentes em relação ao discurso de norma-

lização, com certos subgêneros considerados minoritários, como a ficção científica e o gênero gótico, com a estética feminista experimental ou com a norma reintegracionista. Embora essa relação não pretenda ser exaustiva em nenhum caso, consideramos que o uso deste conceito e a análise destes casos é especialmente útil para refletir sobre a trajetória de certas narradoras em relação não apenas ao cânone tradicional, mas ao próprio cânone da narrativa das autoras.

As páginas seguintes apresentam um percurso pelos fundamentos teóricos e conceitos-chave em que este estudo se baseia, combinando duas metodologias de análise. Por um lado, partindo da noção de campo literário de Pierre Bourdieu, e especialmente da sua adaptação ao âmbito galego, desenvolvemos uma análise das posições e estratégias autorais dessas quatro narradoras no contexto literário do seu tempo, traçando um mapa das tensões geradas pelas propostas literárias delas. Por outro lado, a segunda secção aprofundará o modo como os estudos literários de gênero têm ponderado a aplicação desse aparelho teórico contribuindo para o debate sobre os conceitos mencionados.

Em suma, o objetivo deste estudo é explicar por que certas propostas literárias das narradoras geraram e continuam a gerar tensões no campo literário galego. Argumenta-se que as diferentes margens analisadas por meio destes casos funcionam como pontos cegos no processo de canonição da narrativa de autoria feminina, quer dizer, como novas formas de invisibilização.

1.1 Mapear o terreno: campo literário e nação no contexto galego

Um dos principais paradigmas críticos dos quais parte este estudo é o das teorias de base sistémica sobre o facto literário. Estas, usando as noções de *campo* ou *sistema*, concebem os fenómenos literários como parte duma rede de inter-relações regidas por princípios internos, mas cujo funcionamento pode ser influenciado por outros fatores sociais. Esta focagem teórica concentra-se em grande parte nas práticas envolvidas na produção, distribuição e receção da criação literária, o qual, complementado por uma análise literária dos textos, possibilita uma compreensão mais sofisticada da trajetória das quatro narradoras estudadas. Basearemos a nossa análise principalmente na teoria do *campo literário* de Pierre Bourdieu (1991, 1992) e, em menor grau, na *teoria dos polissistemas* de Itamar Even-Zohar (1990). As aplicações que delas foram feitas no contexto galego são tomadas como

ponto de referência (González-Millán 1994, 1996, 2001, 2002; Figueroa 2001, 2010, 2015; González 2005, 2013). No âmbito dos estudos sobre a produção das escritoras, o quadro teórico de Even-Zohar foi utilizado por Helena González para explicar o processo de crescente importância do discurso literário feminista, que aprofundaremos na próxima seção. No entanto, o aparelho teórico bourdieano (menos explorado nesse âmbito) é especialmente frutífero na hora de analisar a recepção da obra das autoras e a sua situação no mundo das letras. Como bem explica Toril Moi, “a sociologia da cultura de Bourdieu [...] é um terreno promissor para as feministas precisamente porque nos permite produzir análises altamente concretas e específicas dos determinantes sociais da enunciação literária” (1991: 1018). Da mesma forma, será de grande relevância para os nossos estudos de casos a atenção que o seu quadro teórico dá às questões da agência e da subjetividade na produção literária (Hipsky 2000: 186), bem como a sua noção de autoria, “não como um indivíduo carismático, mas como a relação entre a posição oferecida no campo e as disposições necessárias do indivíduo” (Eagleton 2005: 7).

Assim, esta análise visa trazer uma nova focagem teórica para a produção das narradoras que contribua para esclarecer as dinâmicas socioliterárias geradas em torno delas. Utilizamos o conceito de *campo literário* como um espaço de forças que afeta as posições ocupadas pelas pessoas autoras e outros agentes literários, criando assim uma hierarquização interna. Os integrantes deste sistema concorrem para alcançar o mais alto grau de capital simbólico literário, pelo “monopólio do *poder de consagração* de produtores e produtos” (Bourdieu 1996 [1992]: 224, *itálico no original*). De modo que “a obra de arte não existe como objeto simbólico dotado de valor a menos que seja conhecida e reconhecida” (1996 [1992]: 229). Tal processo de hierarquização é regulado pelo que o sociólogo francês chamou de *habitus*, o conjunto de normas tácitas que regem a sociedade e, portanto, também pelas dinâmicas que operam no campo literário. Assim, entendemos que o valor dado à obra literária apenas pode ser entendido em relação às dinâmicas do jogo artístico (o *habitus*) e às estruturas que o sustentam. Neste sentido, utilizaremos aqui uma noção de cânone que se afasta da ideia conservadora dum valor literário objetivo intrínseco à obra e que daria origem a uma espécie de cânone universal (Bloom 1994). Pelo contrário, concebemos o cânone como uma construção que reflete os critérios e valores próprios de cada comunidade, também no plano estético, e que está em constante evolução, pois admite revisões e mesmo a coexistência de diferentes cânones (Mignolo 1991; Pozuelo Yvancos 1996).

Esta perspectiva foi crucialmente enriquecida pela contribuição da crítica literária feminista e pós-colonial, que denunciara o viés ideológico branco, patriarcal, heterossexual e colonial do suposto cânone universal (Millet 1970; Showalter 1977; Smith 1977; Gilbert e Gubar 1979; Gates 1984, 1988; Moi 1985; Spivak 1987, 1990; Mignolo 1991).

Juntamente com os conceitos de *campo literário* e *habitus*, as noções de *autonomia* e *heteronomia* são fundamentais para a nossa abordagem. A primeira é aplicada por Bourdieu à produção e às dinâmicas geradas de acordo com as regras específicas do campo literário. A heteronomia, por sua vez, refere-se à influência que os fatores alheios ao campo têm sobre as práticas dele, que vêm de outros campos, como o económico ou o político (Bourdieu 1996 [1992]: 69, 216-217). Desta forma, a oposição entre autonomia e heteronomia organizaria o campo literário em dois pólos opostos. Um deles seria o *subcampo da produção restrita*, autónomo e acumulador do maior capital simbólico. É aqui que se localizam as/os autoras/es de produção *pura* (normalmente a mais vanguardista), que precisa dum público informado, sendo o grupo de pares geralmente o principal recetor das suas obras. No outro pólo estaria o *subcampo da grande produção*, afetado polo princípio de heteronomia, ou seja, influenciado por fatores não estritamente literários, como a demanda do mercado ou os interesses políticos (Bourdieu 1996 [1992]: 121-123).

A revisão e aplicação deste quadro teórico ao contexto galego foi realizada principalmente por Xoán González-Millán e Antón Figueroa. Além de explicar a configuração do campo literário galego, grande parte do trabalho de González-Millán concentrou-se em examinar a influência da questão nacional nas práticas literárias numa cultura minorizada como a galega, um fator-chave apesar da sua quase total ausência na obra de Bourdieu. O teórico galego definiu os conceitos de *nacionalismo literário* e *literatura nacional* como diferentes fases da evolução do discurso literário em direção à sua autonomia, onde “o obxectivo último de todo nacionalismo literario é a utilización do discurso literario para consolidar e lexitimar un determinado ideario nacional(ista)” (1995: 78). Consequentemente, o projeto de construção nacional imporia uma série de condicionamentos formais e de conteúdo no campo literário em prol numa representação alegórica da identidade ou construção nacionais. Este processo determina que as obras sejam lidas como diferentes versões do que González-Millán chamou de “macrotexto nacional”. Tal fenómeno de heteronomia política é explicado pela conceção da literatura como espaço de resistência e articulação de identidades nacionais em estágios iniciais, quando estas

ainda não possuem uma forte institucionalização social. Ao contrário, a literatura nacional seria caracterizada por um alto grau de autonomia do discurso literário e das suas instituições em relação ao ideário nacional(ista), mesmo que a própria denominação implique o reconhecimento dum certo quadro nacional (González-Millán 1995: 70-71). Nesta formulação, o aumento da autonomia produziria mudanças tanto nas dinâmicas que configuram o campo literário quanto na leitura nacional da literatura:

a crecente autonomía da canonización estética, a perda de valor alegórico dos textos e a aparición de novas identidades sociais que complementan ou compiten coa nacional. O resultado máis previsible para unha intelección da literatura galega será unha lectura nacional menos monolítica e máis polifónica, e un proceso de canonización diversificador capaz de incorporar textos e formas previamente excluídos ou marxinalizados. (1995: 73)

González-Millán identifica o início duma crescente autonomização literária no contexto galego a partir do fim do Franquismo, quando se dá a diversificação dos discursos literários e entre os quais se introduz também o feminista (1994: 9, 41). De todos os modos, como ele mesmo observa, tanto naquela época como posteriormente, importantes níveis de dependência do discurso literário em relação ao nacional continuarão a persistir (1994, 1996, 2002). Isto iria configurar uma situação que em termos bourdieanos seria chamada de heteronomia. Identificar como o discurso nacional(ista) influencia os critérios de canonização, e mais especificamente no caso das narradoras, é parte crucial da nossa análise.

Por sua vez, Antón Figuroa dialoga com os conceitos de nacionalismo literário e literatura nacional de González-Millán, esclarecendo que “non os debemos entender como dúas etapas sucesivas senón máis ben como dúas tendencias simultáneas en cuxa historia paralela empeza predominando o primeiro, nun momento moi politizado e con pouca autonomía, e termina predominando o segundo, a literatura nacional con moitas máis posibilidades autónomas” (2010: 180). A vanguarda dos anos vinte (representada por trajetórias como a de Manuel Antonio) ou o movimento da Nova Narrativa no pós-guerra são momentos-chave neste processo, pois violaram os pressupostos temáticos e estéticos que predominavam por influência do campo político (2010: 98).

O trabalho de Figuroa é esclarecedor para a nossa investigação, especialmente naqueles pontos em que examina as formulações da teoria

de Bourdieu que não se adaptam ao contexto galego pola persistência nele de dinâmicas heterónomas. Particularmente relevantes são as suas análises de como o discurso da normalização condicionou fortemente (e continua a condicionar) o *habitus* do campo literário galego dos anos oitenta, pois veremos como ele desempenhou, ativa ou passivamente, um papel significativo na receção das narradoras que analisamos. Um exemplo é a indefinição da distinção entre o subcampo da produção restrita (que fornece maior capital simbólico) e o da grande produção (que fornece capital económico). Isto deve-se ao facto de o sucesso comercial ser percebido positivamente no campo galego, pois é entendido como um sinal desejável de normalização cultural, o que implica um alto grau de heteronomia política (Figuroa 2001: 118). Figuroa destaca ainda que “[o]utro factor de nivelación de textos vén dado polo feito de que o só uso do código, ou se se quere o propio código, aparece nestas situacións cun valor de por si mesmo” (1988: 22). Esse fenómeno amiúde leva ao que ele definiu como uma filologização excessiva do texto, que afeta tanto a maneira como o leitor se relaciona com ele quanto a prática crítica (1988: 53).

González-Millán também analisa criticamente a posição privilegiada do fenómeno linguístico na configuração tanto do discurso nacional(ista) quanto duma literatura nacional. Nesse sentido, considera “inevitables [as] relacións entre a normalización cultural, a normativización lingüística, e a institucionalización do fenómeno literario” (1998: 21). Tendo isto em mente e que o critério filológico continua a funcionar hoje como articulador do que se considera literatura galega, bem como do paradigma metodológico dos estudos literários galegos, consideramos que o conflito normativo desempenha também um papel fundamental no campo literário.

Em diálogo com um artigo de Figuroa (1995), Helena González incluiu a escolha duma ou outra norma linguística entre as tensões nacionais a serem resolvidas polas/os escritoras/es em galego (2005: 55). Nesta questão vamos aprofundar examinando a relevância da norma para compreender a trajetória de algumas narradoras e com o intuito de entender como funcionam essas tensões linguístico-nacionais em relação à narrativa delas. Longe de ser uma questão puramente linguística, entendemos que o conflito normativo tem uma dimensão política vinculada à questão nacional. Isto deve-se à importância que historicamente foi dada à língua como “elemento fulcral e vertebrador da identidade [galega, que] é logo corroborado por uma das primeiras leis aprovadas polo Parlamento constituinte, a Lei de Normalización Lingüística” (Torres Feijóo 2018a

[2013]: 203). Porém, mesmo que esta invocação da língua como núcleo identitário tenha um caráter institucional, a existência de várias normas linguísticas do galego continua a configurar um conflito aberto. Como nos lembra Elias J. Torres Feijó, trata-se duma questão de soberania cultural e de escolha de pertença a um determinado sistema intercultural, quer o luso-afro-brasileiro, quer o hispano-americano (2018b [2000]: 195). Tanto Torres Feijó quanto Celso Álvarez Cáccamo (2003) conferem a esta identificação com as comunidades culturais e linguísticas um papel central na projeção de identidades coletivas, especialmente da nacional.

Referindo-se à tensão envolvida na escolha duma norma, González afirmou que ela perdera intensidade após o pacto normativo de 2003, que incluiu pequenas modificações para se aproximar da posição reintegracionista (2005: 55). No entanto, iniciativas como o manifesto “O Fim do Apartheid” (2016) mostram que essa tensão ainda está presente. A importância deste fator no funcionamento do campo literário é evidente na denúncia que fazia: “[q]uem escreve hoje em galego, segundo uma tradição normativa diferente da preconizada pelas instituições [...] simplesmente não pode concorrer a prêmios, não recebe a atenção da crítica, não sai na foto. Quem escreve hoje em galego reintegracionista não existe” (AAVV 2016: s/p). Interessa-nos aqui a interação das narradoras com as margens que a escrita nesta norma ocupa dentro do campo literário, mas considerando a questão da norma linguística como fazendo parte da dimensão nacional, como acabamos de explicar. Esta focagem permitir-nos-á contextualizar melhor essa interação e examinar como a influência heterónoma do discurso nacional pode afetar a receção da obra das narradoras.

No século XXI, surgem novas abordagens que dialogam com as teorias de base sistémica que González-Millán e Figueroa adaptaram ao contexto galego, incorporando uma perspectiva feminista. Por exemplo, Kirsty Hooper (2006) salientou a necessidade de ampliar o foco das leituras além do quadro nacional para incorporar fatores como o género ou as sexualidades não heteronormativas, algo que Danny Barreto (2017) também tem apontado. Hooper propôs a adoção dum quadro pós-nacional que dispensasse a “lógica cartográfica-cultural tanto metropolitana como nacionalista e institucional” (2012: 49). Porém, esta focagem tem sido problematizada ou matizada por outras vozes (Baltrusch 2008; Rábade Villar 2009; Miguélez-Carballeira 2009b).

Outras abordagens mantiveram o quadro de análise nacional após revisá-lo criticamente para integrarem a perspectiva de género. A contribuição de Helena González é fundamental para compreender a interação

entre género e nação no nosso contexto, pois explica como a escrita das autoras e o discurso feminista estão subordinados ao discurso nacional, de modo que este funciona como discurso dominante e homogeneizador, como guarda-chuva totalizador, pegando na metáfora de Rajagopalan Radhakrishnan (González 2005: 19). De todos os modos, a autora explica como se deu o avanço da escrita de autoria feminina e/ou feminista da periferia do campo literário galego para posições centrais deste aplicando o quadro de análise que fornece a teoria dos polissistemas de Itamar-Even Zohar. Por seu lado, Helena Miguélez-Carballeira tem feito uma crítica de género à ligação entre a teoria dos polissistemas e o projeto de normalização literária no contexto galego, onde a noção de *sistema ótimo* de Even-Zohar exerceu um carácter prescritivo (2014 [2013]: 178). Miguélez-Carballeira explica que esta tendência, materializada no imperativo da normalização, tem sido um obstáculo à visibilização das narradoras, como outras críticas já apontaram para as décadas de oitenta e noventa (Vilavedra 2007).

1.2 As narradoras na encruzilhada identitária: género e nação

A perspetiva de género na pesquisa literária galega começou a ser introduzida nos anos oitenta com o surgimento duma incipiente crítica feminista. Esta tradição internacional tendeu amiúde a apresentar o discurso feminista e nacional como antagonistas (Rábade Villar 2010: 56). No entanto, algumas das suas contribuições mais relevantes no contexto galego, como as que representam o trabalho de Carmen Blanco e Helena González, têm colocado especial ênfase, precisamente, na confluência entre identidade de género e identidade nacional na produção das escritoras galegas. González (2005) utilizou o conceito de *identidade oximorónica* criado por Geraldine Nichols (1995) para analisar a encruzilhada da identidade de género e de nação em que se encontram as autoras que optam por escrever em galego.

O presente trabalho deve-se a este corpus crítico e, em particular, aos estudos sobre o lugar da narrativa das autoras no campo literário galego. O trabalho de Blanco foi pioneiro neste âmbito e no seu ensaio *Literatura galega da muller* (1991) já apontava a tímida iniciativa da indústria editorial para criar uma etiqueta lilás com a coleção “A muller escritora”, criada na Xerais por iniciativa de Luís Mariño em 1983 publicando apenas três obras.